

RUP TURA

www.mas.org.pt

um novo partido para um novo abril

MAS

MOVIMENTO ALTERNATIVA SOCIALISTA

O que propõe o MAS?

Dez perguntas e respostas sobre o novo partido, criado para romper com a acomodação ao parlamento e propor alternativas de luta e a unidade da esquerda contra a austeridade da troika e do governo da direita. **PÁG. 6**



Todos na Greve Geral!

No dia 22 de março, participemos da greve geral contra a austeridade do governo da troika convocada pela CGTP e da manif da Plataforma 15 de Outubro, a partir das 16 horas, entre o Rossio e o Palácio de S. Bento.

EDITORIAL e PÁG. 5

Esquerda cresce na Grécia

Sondagens revelam que partidos contrários à intervenção da troika já têm mais de 40% das intenções de voto, o que tornaria possível um governo de esquerda, enquanto aumentam as ocupações de empresas pelos trabalhadores. **PÁG. 12**



Greve Geral

A direção da CGTP convocou uma Greve Geral para dia 22 de Março. As medidas e a política de austeridade do governo PSD/CDS, as decisões das confederações patronais aprovadas no Conselho de Concertação Social, os mais de 1 milhão de desempregados e o rápido empobrecimento de centenas de milhares de trabalhadores, que elevam para 25% a percentagem de população portuguesa que já se encontra abaixo do limiar de pobreza, são razões de sobra para a revolta e para uma Greve Geral.

Contudo não basta convocar uma greve geral, é preciso concretizá-la com êxito e, para isso, precisamos de percorrer o caminho que transforma a indignação em ação. Esse caminho ainda não está feito e não chega a realização de grandes manifestações que se desmobilizam rapidamente sem concretizar nenhuma ação (seja a ocupação de uma praça, de um ministério ou um bloqueio) para tornar eficaz o protesto e obrigar a um recuo governamental ou patronal.

Para conseguir uma forte mobilização é preciso apoiar e aumentar os focos de revolta que vão surgindo em alguns sectores e empresas, veja-se o caso da TAP onde uma ação espontânea de centenas de operários da manutenção e outros trabalhadores em protesto contra os cortes salariais bloquearam os acessos às instalações, obrigando a administração a fugir a pé por saída secundária. O resultado desse protesto combativo viu-se agora com o recuo do governo que vai devolver o dinheiro dos salários que tinha sido retirado e desistir de cortes salariais na empresa.

É uma clara vitória dos trabalhadores da TAP e que deve ser um exemplo das ações a realizar noutras empresas e sectores. É com essas vitórias parciais que se constrói o caminho para transformar a indignação em ação geral a nível nacional. É este sentido de combatividade que tem de ser dado às manifestações que têm de deixar de ser meros desfiles de protesto.

Para mudar precisamos de um novo rumo para o movimento sindical. Um novo rumo que permita a participação da base trabalhadora nas decisões sobre quando e como lutar e/ou convocar greves, é preciso incentivar a democracia na organização dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos, é preciso ter formas de luta mais combativas que consigam algum resultado imediato. A participação dos novos movimentos que agrupam a juventude precária e indignada já está a ser um começo de mudança necessária na luta sindical. Na greve geral de dia 22 de Março, a manifestação convocada para o Rossio (Lisboa) pela Plataforma 15 Outubro marca a luta por essa mudança.

Também para responder à crise social e económica é preciso um novo rumo, uma nova política de oposição à troika, à UE e ao governo deste regime de exploradores corruptos que roubaram e endividaram o país. Um governo que cobra pensos dos doentes nos centros de saúde para poupar tostões, enquanto oferece 4,4 milhões de euros ao dono da Lusoponte, dirigente do PSD e antigo ministro das Obras Públicas. Ou cede os dividendos da EDP e REN referentes a 2011 aos seus novos proprietários, quando deveriam ser do Estado, porque no ano passado estas empresas ainda não estavam privatizadas.

É preciso parar o roubo e suspender o pagamento da dívida e lutarmos por um novo 25 de Abril que possibilite o emprego para todos (recordemos que entre 1975 e 1977 criaram-se um milhão e meio de empregos que absorveram os que regressaram das ex-colónias e da emigração), o investimento nos serviços públicos (saúde, educação) e uma distribuição da riqueza com salários e pensões dignas numa economia em que os bens de todos sejam de todos - Água/Energia/EDP/Galp, transportes/telecomunicações/estradas, banca e seguros, devem ser sectores nacionalizados).

É para participar na organização desta luta que se constitui o Movimento Alternativa Socialista (MAS). Todos na Greve Geral, todos na luta contra a troika e o governo.

ENTREVISTA

Cortes do governo na saúde pública prejudicam população e beneficiam medicina privada

Mara Carvalho tem 32 anos e é médica de família no Centro de Saúde da Amadora, um polo de saúde fundamental para a população. Os cortes decretados pelo governo de Pedro Passos Coelho nesse setor alteraram muito a vida desse centro – para pior. Por exemplo, um terço da consulta é passado a explicar ao doente que perdeu direitos.

Entrevista de Manuel Neves



Quais foram as principais alterações que sentiste no Centro de Saúde com os cortes do governo?

A principal alteração tem a ver com as taxas moderadoras. Foram todas aumentadas, mas a grande alteração foi ter-se começado a pagar as consultas de enfermagem. As enfermeiras eram uma porta aberta para a população e contribuíam muito para a comunidade. Hoje todos os atos de enfermagem são pagos, todos os tratamentos, até o ato de medir a tensão passou a ser pago. Para se ter noção do ridículo, quando um doente vai levar pontos a taxa moderadora aumenta com o número de pontos dados.

E as alterações em relação aos doentes crónicos?

Aí surgiram mudanças também drásticas e injustas. Com efeitos a partir de abril, deixou de haver a “declaração médica definitiva por doença crónica”, que mais de metade dos doentes com mais de 65 anos tinham. Era uma declaração para os doentes com doença crónica que os isentava do pagamento de taxas moderadoras e exames

complementares de diagnóstico. Agora essa declaração foi substituída por outra que exige uma junta médica que declare que o doente tem uma incapacidade funcional superior a 60%. Esta declaração implica uma consulta de Saúde Pública que custa 50 euros. Isso cria situações muito injustas. Por exemplo: um doente com um cancro que seja operado e que corra bem, pode não ter uma incapacidade de 60%, mas continua a ter que fazer muitos exames de seguimento e muitos tratamentos, sendo injusto que tenha que os pagar. Surgiu ainda uma declaração de “insuficiência económica”, ou seja, os doentes têm de preencher e enviar pela Internet ou pelo correio uma declaração para provar que não têm dinheiro para os cuidados de saúde. Como a maioria dos doentes é muito idosa e não sabe usar a Internet – nem tem possibilidades para tal –, isso obriga-os a ir aos correios. É a estigmatização social e a burocratização dos cuidados de saúde.

Mas a tua prática enquanto médica mudou?

Sim, agora um terço da

consulta é passado a explicar ao doente que perdeu direitos. Isso é muito complicado, porque as pessoas têm dificuldade em entender porque é que, mantendo as mesmas doenças, não têm isenções. Como é que se explica a um doente que sofre com uma doença há 10 anos que tem de ir provar outra vez que a tem para ter isenção?

E em termos de queixas dos doentes, quais foram as mudanças?

Nota-se que vêm muitos doentes com ansiedade, com insónias. O agravamento das condições sociais trouxe verdadeiros dramas à comunidade. Despedimentos, filhos que regressam para casa dos pais, que por si só já têm más condições. Há emigrantes que regressam para os seus países e pessoas de cá que também têm de emigrar. Há muitos casos de fome, pura e dura. Posso dizer que uma doente minha com cancro do estômago fez 10 quilómetros a pé para vir à consulta por não ter dinheiro para o passe.

E achas que essas medidas do governo também prejudicam o Serviço Nacional de Saúde?

Claro, além da deterioração do SNS com essas medidas, para doentes com certos subsistemas, paga-se mais no Centro de Saúde do que no privado, ou seja, é um estímulo ao abandono do SNS e para que as pessoas façam seguros. No Centro de Saúde da Amadora há uma dificuldade imensa em contratar pessoas no sector administrativo e de enfermagem devido ao congelamento de contratações. Há falta de auxiliares, enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, de tudo. Não há qualquer investimento no SNS, estas medidas não são reorganizativas, são o corte pelo corte.

E os doentes ficam revoltados com essas medidas?

Sim, claro. Primeiro ficam incrédulos e depois ficam completamente revoltados. Mesmo os que votaram neste governo!

RUPTURA

Órgão oficial do Movimento Alternativa Socialista (MAS)
www.mas.org.pt
Seção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI)
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Amadora

Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projeto Gráfico: Nádja Martins
Capa: Pedro Varela
Contato: jornal@mas.org.pt
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:
Ana Paula Amaral, C.K., Diana Curado, Eduardo Velosa, Elsa Sertório, Flor Neves, Hugo Bastos, J. A. Dias, João Lopes, Lina Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Nuno Santos, Salomé Gonçalves, Sofia Rajado, Tiago Castelhana.



A outra face do El Corte Inglés

Mais do mesmo no mundo laboral: ataques aos direitos, discriminação e até interferências na vida pessoal dos trabalhadores. Sonho de consumo para uns, pesadelo de exploração para outros, este é o retrato do El Corte Inglés.

Um funcionário da área têxtil contou-nos que, um pouco como em toda a parte, os contratos são precários. São feitos contratos de seis meses renováveis diretamente com a entidade patronal, que já fez saber que, para todos aqueles que estão ainda abrangidos pelo primeiro ou segundo contrato, já não haverá renovação.

Esta é uma “reestruturação” que certamente dará lugar a despedimentos de pelo menos 10% dos trabalhadores (de um total de mais de 2500), que a empresa quer despedir.

Ataques aos direitos

Cada trabalhador que inicia contrato começa por ganhar um salário de pelo menos 500 euros. No entanto, este valor pode subir mediante a experiência profissional anterior do candidato. Para os trabalhadores brasileiros são sempre 500 euros, o que mostra a clara discriminação praticada.

As horas extraordinárias, que são uma constante nesta empresa, não são pagas de acordo com a tabela que a lei prevê, ou seja, como trabalho suplementar, mas sim a valores inferiores.

Pressão constante no local de trabalho

Cada trabalhador da área têxtil está abrangido por um sistema de comissões sobre as vendas, o que pode fazer elevar o salário acima de 1000 euros. Apesar de a ideia até

poder parecer atraente, a verdade é que esta situação cria uma enorme competição entre colegas, gerando mau ambiente e dando origem, por vezes, a fraudes nos registos.

"Outro dia fiz uma reserva e depois disseram-me que a cliente não veio levantar o artigo. Mas eu descobri que não era verdade, o que aconteceu foi que outro colega registou a venda ficando com a comissão a que eu teria direito", conta o funcionário.

Comissão que ninguém percebe como é calculada, de tão complicado ser o método utilizado pela empresa. Outra questão é o facto de o cálculo das comissões que o trabalhador recebe num determinado mês estar indexado à média dos meses anteriores.

Isso significa que, se houver um mês particularmente favorável, a média sobe, podendo dar origem a que, se a situação se inverter no mês seguinte, o trabalhador pode não ter direito a comissão porque ficou abaixo da média.

Turnos rotativos

A empresa pratica um sistema de turnos rotativos. É comum o trabalho noturno e ao fim de semana. Os trabalhadores são previamente informados, mas a empresa reserva-se o direito de alterar os horários posteriormente, obrigando o trabalhador a assinar uma declaração a dizer que é o próprio trabal-

hador, e não a empresa, a propor a troca.

Finalmente, há a referir a discriminação de que são alvos os trabalhadores imigrantes, quer por parte da empresa em relação aos salários e outro tipo de pressões, quer por parte dos clientes, que em muitos casos são arrogantes e mal educados à maneira típica das classes alta e média alta, que constituem boa parte da frequência desse centro comercial.

Sindicato pouco ajuda

A taxa de sindicalização não chega a 10% nesta empresa. O CESP (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal), afeto à CGTP, limita-se a distribuir comunicados a explicar questões gerais sobre as leis laborais e a apelar a greves, como a última greve geral de 24 de novembro. Mas não há reuniões do sindicato com os trabalhadores. E quanto a fazer greve, nem pensar, ninguém se atreve.

O funcionário entrevistado pelo Ruptura tem, no entanto, esperança de que haja reação por parte dos trabalhadores diante dos projetos de reestruturação da empresa. A partir da indignação frente aos despedimentos, os trabalhadores poderão organizar-se pela base para lutar de forma mais eficaz e democrática do que vem acontecendo até agora.

Nuno Santos

BÚSSOLA

8 de Março: um dia de luta contra os ataques do governo da troika

O Dia Internacional da Mulher é um dia de solidariedade em que se revitalizam a força e a organização das mulheres trabalhadoras. Historicamente não é um dia especial só para as mulheres: o 8 de Março é um dia memorável para todos os trabalhadores do mundo, pois foi nesse dia que, em 1917, começou a grande Revolução de Outubro na Rússia. Foram as mulheres trabalhadoras de São Petersburgo que começaram a revolução ao erguer-se contra o czar e os seus associados. Portanto, ao celebrarmos este dia, fortalecemos também a unidade de classe dos explorados e oprimidos, homens e mulheres trabalhadores, contra o capital.

Por todo o mundo cresce o número de mulheres dispostas a lutar pelos seus direitos. As mulheres, que as sociedades de classe transformaram no género mais explorado e mais acossado ao longo dos séculos, encontraram formas não só de organizar-se como também de sensibilizar os trabalhadores homens para a sua luta contra a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial, a discriminação laboral, as humilhações e a violência. Com a crise económica, e os ataques da burguesia e dos seus governos aos direitos conquistados pelas mulheres trabalhadoras, este dia tem de ser lembrado como um dia de luta, no mundo e em Portugal.



Transporte passa a bem de luxo

A destruição do serviço público português continua a avançar! Uma decisão das mais perversas foi o aumento brutal do custo do transporte urbano, com o passe social a subir até 21%. Ao custo indecente do transporte dito público, vem juntar-se a diminuição das ajudas de custo para idosos e jovens, a impossibilidade de adquirir passes exclusivamente de metro ou de autocarros, a imposição de se carregar com um mínimo de cinco euros quando se compram viagens à unidade, uma menor frequência na passagem dos veículos e o corte generalizado das carreiras, sejam estas

de autocarro, metro, comboio ou transportes fluviais. Enfim, paga-se muito mais por um serviço de pior qualidade. Há já menos utentes, pois muitos trabalhadores, jovens e desempregados já não têm meios para adquirir o passe mensal, enquanto para outros sai mais em conta até a opção pelo carro. O resultado é uma brutal regressão na mobilidade das populações, acompanhada do aumento da poluição e da perda de qualidade de vida. É o retrocesso civilizacional a que os trabalhadores portugueses têm sido conduzidos com o pretexto da crise.

A revolução prossegue no Egito

No Egito continuam as manifestações que exigem a transferência imediata do poder das mãos dos militares para o parlamento. A última grande manifestação, em pleno Cairo, era composta por vários milhares que gritavam palavras de ordem contra o regime militar, convergindo de várias artérias da cidade e dirigindo-se ao Parlamento. Ouviam-se as palavras de ordem contra a junta militar e de “Abaixo a Irmandade”, tendo o líder da Irmandade Muçulmana sido acusado de vender a revolu-

ção em troca das posições no parlamento, adquiridas graças ao resultado nas eleições. Cerca de 43 pessoas ficaram feridas nos confrontos entre membros da Irmandade e os manifestantes. A unidade entre os manifestantes, o novo sindicalismo (a federação sindical independente e os seus mais de 100 sindicatos), os estudantes, o movimento de mulheres e os soldados pode criar uma alternativa frente tanto à junta militar como à futura administração liderada pela Irmandade Muçulmana.

Lina Pereira e Salomé Gonçalves

Congresso da CGTP: “evolução na continuidade”

A central optou por uma solução preventiva, com um discurso mais "duro", para poder controlar a revolta, mas sem abertura para a democracia na base e grandes mobilizações.

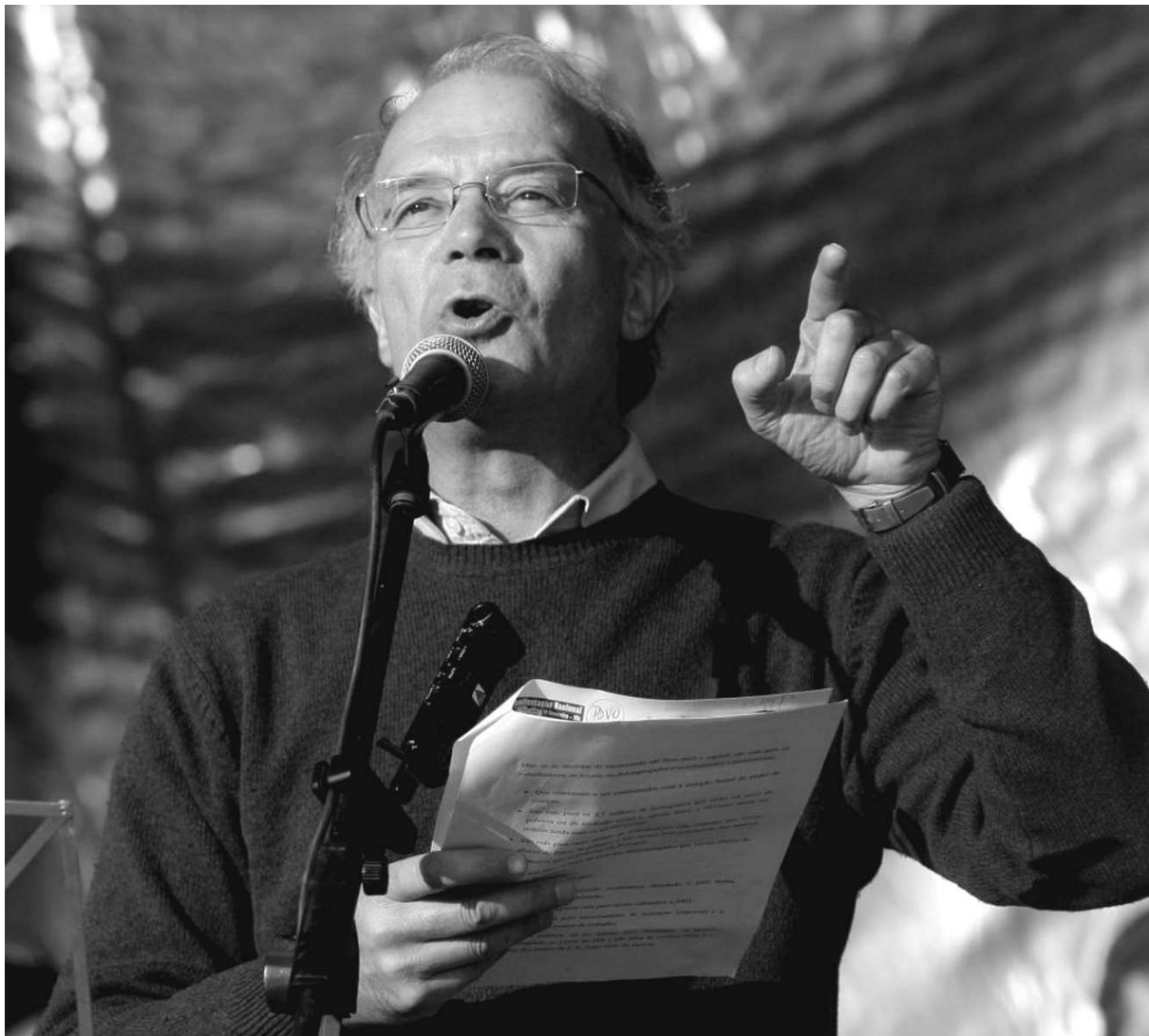
A 27 e 28 de Janeiro de 2012, reuniu o XII Congresso da CGTP, a central sindical que mais tem feito oposição às políticas de austeridade dos governos PS e PSD/CDS. Uma oposição de denúncia e protesto, mas sem desenvolver e libertar a combatividade às lutas, tendo sempre como principal preocupação o controlo das mobilizações, seguindo a máxima que na CGTP "entendemos que a revolta não é boa conselheira", como disse o novo presidente da central, Arménio Carlos, ao jornal Expresso.

As centenas de delegados presentes foram, na sua maioria, escolhidos pelas direções sindicais, não dando espaço a qualquer expressão significativa da base sindicalizada através da eleição direta de delegados. Eleições diretas pela base foram exceções e, mesmo assim, muito controladas de modo a deixar de fora delegados e correntes não representadas nas direções sindicais.

Solução preventiva

Ao mesmo tempo que decorria o congresso, centenas de operários da TAP bloqueavam a saída da zona dos edifícios e oficinas no aeroporto, expressando a revolta contra os cortes salariais, uma revolta que não se refletiu ao vivo nos trabalhos do congresso da CGTP, que prosseguiu à margem os acontecimentos.

Assim, o XII Congresso foi



mais um momento de afirmação das orientações seguidas, de propaganda com discursos escritos e de aprovação de listas únicas previamente "negociadas" (propostas pelo PCP e aceites pelas correntes do PS e do BE). A exceção a este clima registou-se fundamentalmente no debate do direito de tendência, quando existiu o contraditório entre alguns dirigentes sindicais.

Neste contexto de reafirmar a orientação seguida e adaptá-la aos novos momentos de resposta às duras medidas de austeridade é que surge a opção tomada pela maioria dirigente da CGTP, a corrente sindical do PCP, em designar Arménio Carlos como secretário-geral. É a escolha de um dirigente do aparelho sindical e partidário destinado a, como o próprio afirmou, credibilizar o movimento

sindical, a continuar uma intervenção sindical "com base no diálogo, na negociação. Mas também no protesto e na denúncia. Queremos negociar". (Expresso, 25/2/2012).

Para fazer frente aos novos tempos em que a destruição dos postos de trabalho e a austeridade colocam milhões no desemprego e na pobreza, o que pode gerar a revolta contra este regime de exploração, a CGTP

opta por uma solução preventiva com um discurso mais "duro", para poder controlar a revolta, mas sem abertura para que da revolta surjam as grandes mobilizações que são necessárias para obtermos vitórias para os trabalhadores e para o povo.

O que faz falta

O passado do novo secretário-geral não augura nada de bom para uma mudança positiva no reforço da capacidade da CGTP. Arménio Carlos foi um dos principais dirigentes sindicais da Carris e dos transportes urbanos de Lisboa, durante os últimos vinte cinco anos, e a política desta direção permitiu uma reestruturação completa da Carris. Esta empresa deixou de ser uma referência na vanguarda da luta, com as greves a serem mais difíceis e os sindicatos da UGT a ganharem muito terreno.

O que faz falta à CGTP é uma abertura à base trabalhadora, dentro das empresas, democratizando os estatutos dos sindicatos, ouvindo a base para decidir as formas de luta e comprometer todos os trabalhadores e sindicalizados com essas mobilizações. Só esse caminho poderá reforçar a combatividade do movimento e possibilitar vitórias que darão um reforço ao movimento sindical na luta contra a dívida, a troika e o governo PSD/CDS.

João Pascoal (bancário)

Movimento “Médicos Unidos” reúne mais de 1000 médicos em várias cidades

Convocadas a partir das redes sociais, reuniões discutem carreiras médicas, grelhas salariais e a ameaça de desemprego.

As reuniões aconteceram nos passados dias 22, 23 e 27 de fevereiro, nos auditórios das sedes regionais da Ordem dos Médicos em Lisboa, Coimbra e Porto, e foram convocadas pelo movimento “Médicos Unidos”, que já conta com mais de 9 mil médicos inscritos no Facebook.

A ordem de trabalhos proposta incluía a discussão de um conjunto de questões sindicais, como as carreiras médicas, grelhas salariais, horas extraordinárias e, sinal dos efeitos dos ataques do governo e da troika, o desemprego e o futuro da formação dos internos.

Estiveram presentes em todas as reuniões membros das direções sindicais e da Ordem, mas

merece sem dúvida maior destaque a participação dos médicos mais jovens, muitos ainda a completar a formação como internos de especialidade, que encaram hoje a perspectiva de ficarem desempregados ou em situação muitíssimo mais precária e mal paga do que as gerações que nos antecederam.

Acordo rasgado

Se é verdade que os médicos foram o único sector da função pública que conseguiu aprovar um acordo coletivo de trabalho com o governo, após a reforma decorrente da Lei 12-A/2007, o facto é que a discussão das grelhas salariais está por fazer, a progressão nas carreiras está

congelada, as novas contratações muito restringidas, ou seja, o acordo foi rasgado unilateralmente pelo governo Passos Coelho, ainda que se mantenha legalmente em vigor.

Este ano de 2012 iniciou-se com uma forte mobilização dos médicos, que, durante o mês de Janeiro e já devido à organização de base em plenários sobretudo em Lisboa, conseguiu que o governo recuasse no corte do pagamento das horas extraordinárias. No entanto, o plano da troika e do governo continua a ameaçar o Serviço Nacional de Saúde como um todo, pelo que a mobilização de profissionais e utentes tem de ser ainda muito maior, pois disso depende a

manutenção das condições de vida da maioria da população.

A evolução científico-tecnológica atingida pela humanidade só faz sentido se servir de facto os interesses dos povos. Não é admissível que a saída para a crise do capitalismo, proposta na Europa, em pleno século XXI, seja acabar com as estruturas sociais construídas, que foram responsáveis pelos maiores avanços que esta região do mundo conheceu.

A vontade de agir coletiva e democraticamente que estas reuniões demonstram não se pode perder. Mais uma vez os sindicatos, ainda que presentes, vieram a reboque de um novo movimento que surgiu por fora destes. O seu

papel é importantíssimo, pela estrutura e legitimação jurídica que possuem, no entanto, tendo em conta a gravidade do momento que atravessamos, não devem agora voltar-se novamente para as negociações de gabinete que se arrastam há anos.

Se percebem que as negociações só poderão ter resultados positivos com a pressão da mobilização dos profissionais e da população, devem dirigir esforços para promover isso mesmo, seja convocando novas assembleias, onde se possam aprovar reivindicações e um plano de ação concreto, seja no curto prazo, aderindo e promovendo a greve geral de dia 22 de Março.

Hugo Bastos (médico)

Recessão e pobreza comprovam que é preciso acabar com austeridade no país

O caminho para isso é a luta, como a dos médicos e trabalhadores da TAP, que obrigou o governo a recuar, respetivamente, na redução do valor das horas extraordinárias e no corte dos salários. Esta é mais uma razão para participarmos na greve geral de 22 de março e da manif em Lisboa, entre o Rossio e o Palácio de S.Bento, a partir das 16 horas, convocada pela Plataforma 15 de Outubro.

A intervenção da troika ainda não completou um ano e Portugal vai de mal a pior. Já estão previstas para este ano uma recessão de 3,3% e uma taxa de desemprego de 14,5%, ambas superiores às anunciadas anteriormente. Recessão pior do que a de Portugal, só na Grécia. E as más notícias não acabam por aí: a troika assumiu que o pico da dívida pública portuguesa, afinal, não será em 2013, mas talvez em 2014. Isso significa que um novo plano de austeridade não é uma previsão irrealista, pelo contrário.

Também aponta nesse sentido a avaliação do novo representante do FMI na troika, Abebe Selassie, que contrariou o prognóstico do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, ao dizer que considera difícil um regresso de Portugal aos mercados em setembro de 2013. A recuperação da economia por via das exportações também não será uma tarefa fácil, já que o maior parceiro comercial português, a vizinha Espanha, responsável por mais de 25% das nossas exportações, está em recessão e sob a ameaça de um intervenção da troika.

Austeridade mata

Para além dos números, os efeitos das medidas de austeridade na vida das pessoas estão a ser dramáticos. As empresas não param de anunciar despedimentos, e o atraso no pagamento dos salários é constante. Só entre finais de

fevereiro e início de março, o grupo empresarial Plataforma SGPS, considerado um dos maiores da Beira Interior, anunciou que vai aplicar uma suspensão temporária de trabalho (lay-off) que abrangerá a totalidade dos seus 230 trabalhadores; a alemã Makro ameaçou com despedimento coletivo os seus 1.500 trabalhadores, caso não aceitem rescindir o seu contrato de trabalho; em Viana do Castelo, a sobrevivência dos Estaleiros Navais continua ameaçada pela recusa do governo em garantir financiamento para a viabilização de contratos para a construção de navios; e na Bonvida Porcelana, na Batalha, os seus 170 trabalhadores estão desde setembro sem receber salários.

Além de perder o emprego e ver os ordenados a minguar, os portugueses estão a perder a vida em consequência das medidas do governo. Entre fevereiro e março morreram mais de 1000 pessoas do que o normal nesta altura do ano. Para o presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Mário Jorge Santos, não resta dúvida, a culpa é da austeridade. "Conheço pessoas que deixaram de ir ao hospital, de comprar medicamentos e de fazer alguns exames complementares de diagnóstico por causa das taxas moderadoras", disse ele. A isto devemos acrescentar o aumento da taxa de eletricidade, que impede os mais

pobres, em geral idosos, de se aquecerem no inverno. Já há cerca de 100 mil pessoas com o salário penhorado em Portugal.

Há quem ganhe com a crise

Má para a maioria, há no entanto os que continuam a lucrar apesar da crise. É o caso da Jerónimo Martins, que apresentou no ano passado um resultado líquido superior em 21% ao de 2010. A mesma empresa que transferiu mais da metade do seu capital para a Holanda para fugir dos impostos. É o caso também da banca, generosamente alimentada pelo Banco Central Europeu com dois empréstimos, realizados no curto espaço de três meses, no valor total de mais de 1 bilião de euros à taxa de juro de 1%. É o caso, ainda, do BPN, cujo processo de privatização está a custar aos cofres do estado até agora mais de 1.000 milhões de euros. No total, o buraco do BPN já alcançou os 5.443 milhões de euros.

Luta conquista resultados

Não há saída para os trabalhadores e a juventude que não seja reagir às medidas que o governo e a troika estão a impor. Foi o que fizeram os 300 trabalhadores de manutenção da TAP que se concentraram em janeiro em frente à entrada do edifício da empresa em protesto contra os cortes salariais e a suspensão dos subsídios de férias e de natal. Foi o que fizeram os pilotos dessa



mesma companhia, ao ameaçar com greve caso não fossem revistas essas orientações do governo. Diante da luta desses trabalhadores, o governo acabou por recuar e anunciar a suspensão dos cortes salariais, impostos ao restante setor empresarial do Estado desde janeiro.

Os médicos também conquistaram a manutenção do valor das suas horas extraordinárias, ameaçado pelo governo, após uma série de plenários em vários hos-

pitais, convocados pelo grupo "Médicos Unidos" criado no Facebook. Os plenários decidiram-se pela recusa das horas extraordinárias que ultrapassassem o limite legal caso o governo não voltasse atrás.

É com esse espírito de luta que devemos participar da greve geral convocada pela CGTP para 22 de março e da manifestação organizada pela Plataforma 15 de Outubro.

Cristina Portella

Catástrofes reais e imaginárias

Numa entrevista à revista *Visão*, o coordenador do Bloco de Esquerda disse que "sair do euro teria um efeito catastrófico". Não por coincidência, o novo livro de Francisco Louçã sobre a dívida e a crise do euro foi apresentado e teve o prefácio assinado por Marcelo Rebelo de Sousa, da mesma opinião sobre a necessidade de manter Portugal com esta moeda.

Há dois aspetos a abordar nesse encontro da esquerda com a direita. O primeiro, e mais óbvio, é o profundo mau-gosto de um dirigente de um partido de esquerda convidar uma figura pública de um partido de direita, que ainda por cima está no poder, para apresentar o seu livro de economia política. Essa promiscuidade só faz reforçar a desconfiança com que uma boa parte da população vê os partidos políticos, ao dizer que "são todos iguais".

O segundo aspeto tem a ver com a opinião de Francisco Louçã sobre o euro. Certamente, a decisão de sair do euro não é uma decisão fácil e causará problemas ao país. Mas ficar no euro também. A criação da União Europeia e da zona euro teve por objetivo criar um mercado cativo para os seus principais países, Alemanha e França, em detrimento dos demais, principalmente os mais periféricos, como Portugal e Grécia. A destruição da indústria, da pesca e da agricultura portuguesa é um facto incontestável. E foi produto dessa política.

Essa política conseguiu convencer os portugueses que era a melhor opção enquanto não havia crise, mas fundos comunitários que compensavam, pelo menos parcialmente, a ausência de produção nacional. A conclusão é que alguns, poucos, enriqueceram muito à custa da união monetária.

Mas o país só perdeu. Hoje, a vinculação a essa moeda é uma corrente que nos amarra à mesma "dividadura", que o coordenador do BE denuncia no seu livro.

A catástrofe anunciada é já uma realidade para milhões de portugueses, que estão a perder os seus empregos, salários, benefícios e até a vida - como o demonstra o aumento da taxa de mortalidade nas semanas mais frias deste inverno. A catástrofe real é a sangria dos recursos públicos para o pagamento da dívida externa, em vez de serem investidos em emprego, salário, saúde e educação. É por isso que defendemos a suspensão do pagamento da dívida.

O coordenador do BE, pelo contrário defende que essa mesma dívida deve continuar - com a exceção dos juros - a ser paga, e só depois de uma auditoria, a estabelecer o que é "verdade" e o que é



"mentira", é que uma parte deve ser cancelada. Até lá, continuaremos a pagá-la, o que significa manter os planos de austeridade e aumentar a miséria do povo.

Há portanto, algumas afinidades entre os dois políticos sobre questões vitais para os portugueses. Ambos consideram que sair do euro provocará uma catástrofe e que é preciso continuar a pagar

a dívida. Nós temos opinião diferente: consideramos que sair do euro e suspender o pagamento da dívida para reconstruir a economia do país em outros moldes - mais solidários e voltados para o interesse dos trabalhadores e não da banca e das grandes empresas - é a única opção para acabar com a catástrofe que nos está a arruinar. **Cristina Portella**

10 perguntas e respostas sobre o MAS

No dia 3 de Março, os integrantes do Ruptura/FER tornaram pública a sua desfiliação do Bloco de Esquerda e anunciaram a formação do Movimento Alternativa Socialista (MAS). Assinaram o pedido de desfiliação do BE 217 aderentes. No dia 10 de Março tem lugar o congresso de fundação do MAS. O Ruptura convidou quatro camaradas do MAS a falarem-nos sobre o novo partido.



Por que saiu o Ruptura do Bloco?

Gil Garcia: O Bloco surgiu na sociedade e na política portuguesa como uma lufada de ar fresco e uma grande esperança. Era um partido com causas fraturantes, que dizia o que mais ninguém tinha coragem para dizer. Por ter sido uma grande esperança acabou, ao fim de poucos anos, por se revelar uma grande desilusão. Passou a sustentar a causa presidencial de José Sócrates, apoiando a candidatura de Manuel Alegre nas últimas presidenciais.

A coragem de assumir posições que mais ninguém assumia evaporou-se. O BE passou a defender o mesmo que o PS actual sobre o problema da dívida, ou seja, a renegociação da mesma.

Da irreverência sobrou pouco. Hoje o BE é mais um partido institucional, parlamentar, acomodado aos corredores do poder. Estava, então, na hora de recuperar a irreverência e a coragem política do Bloco das origens. É isso que será o MAS.

Por que criar um novo partido?

GG: Ao contrário do que muita gente julga não há muitos partidos em Portugal. O que não existe, e isso é que é o mais preocupante, é um determinado partido, um partido de esquerda que se proponha lutar por um novo 25 de Abril, que inscreva no seu programa a necessidade de uma revolução social e política que altere substancialmente o tipo de sociedade injusta que cada vez mais se instala em Portugal.

O PC continua agarrado a regimes de partido único no plano internacional, como a China e a

Coreia do Norte. O PC e o BE têm a mesma orientação sobre o problema da dívida e que passa pela renegociação de prazos de pagamento e juros, o que significa que estão dispostos a pagá-la. Na verdade, vejo estes dois partidos muito acomodados a serem eternamente oposição parlamentar, oposição “bem comportada”, a viverem dos subsídios do Estado para os partidos. Precisamos de uma alternativa. Por isso saímos do BE para construir o MAS.

Qual o programa do MAS?

GG: O programa do novo partido começa por responder à guerra social em curso por parte do governo da direita, de Passos Coelho e Paulo Portas.

A recusa da austeridade é uma pedra de toque de todo o programa, mas para recusar a austeridade é preciso enfrentar a força da direita unida no poder com um alternativa unida à esquerda.

Apesar de todas as críticas que fazemos à atual esquerda, não nos enganamos no inimigo dos trabalhadores: o governo da direita e a troika. Daí propormos desde há muito tempo uma aliança de esquerda entre o PC, o Bloco, socialistas

adversários da austeridade, independentes e agora o MAS para uma ampla unidade de luta contra a troika e o governo PSD/CDS.

A primeira medida para tirar o país da crise teria que ser suspender o pagamento da dívida. Sem os recursos de milhares de milhões que todos os dias saem dos bolsos de quem trabalha (de 99% da população) para irem direitinhos para um serviço da dívida dos milionários, donos das finanças, de fundos vários e da banca alemã e francesa, não haverá nunca forma de gerar emprego em Portugal e de acabar com os cortes nos salários e nas pensões.

Quais são as diferenças em relação aos outros partidos de esquerda?

João Pascoal: Além das já mencionadas, o MAS é também diferente por outro aspeto. O BE tem o seu centro na atividade parlamentar e vive financeiramente dependente dos fundos desta instituição. Isso claramente pressiona para que a sua política esteja orientada para conseguir votos e não para as batalhas quotidianas dos trabalhadores. O MAS nasce como um partido de combate, de luta, que tem o seu

centro nas empresas, nas fábricas, nas escolas, nos *call-centers*. É aí, junto aos setores mais oprimidos e explorados dos trabalhadores, que se podem derrotar as medidas de austeridade e batalhar por um novo 25 de Abril. Além disso, somos um partido que se auto-financia, através das contribuições dos seus militantes e dos trabalhadores e jovens que concordam connosco e nos apoiam financeiramente.



Como actuará na luta sindical?

JP: Há dois elementos centrais que diferenciam a nossa atuação sindical. A primeira questão é a independência de classe. A UGT assinou recentemente um acordo vergonhoso em sede de concertação social, mostrando que está ao serviço dos patrões e não dos trabalhadores.

Mas a CGTP, que saiu das negociações, também pauta a sua atuação por privilegiar a concertação com os patrões e não por uma defesa clara e consequente dos trabalhadores. Exemplo disso foi a posição da FENPROF na luta dos professo-

res em 2008, ao assinar o memorando de entendimento com a ministra da educação, aceitando um retrocesso histórico para esta classe profissional. Além disso, é comum que muitos dos seus sindicatos se recusem a defender os trabalhadores simplesmente porque não são sindicalizados, o que expressa que estão mais interessados no seu sindicato do que na defesa dos trabalhadores.

Finalmente, defendemos a mais ampla democracia sindical. Tanto os sindicatos da CGTP como da UGT tomam as suas decisões de forma comple-

tamente afastada da base. A maioria dos seus dirigentes sindicais está há várias décadas profissionalizada pelo sindicato, logo ausente do local de trabalho há demasiado tempo. Os trabalhadores não são tidos nem achados sobre os assuntos centrais que os afetam como fazerem greve, acordos de empresa, aumentos salariais, perda de direitos, fecho de empresas, etc.

Achamos que têm de ser os trabalhadores a decidir sobre os principais aspectos da vida sindical e das empresas. Ao mesmo tempo, os dirigentes sindicais devem ter rotatividade nos mandatos para se manterem ligados ao quotidiano dos trabalhadores.

Qual a ligação internacional do MAS?



Sofia Rajado: Vivemos cada vez mais na era da globalização. Não é possível uma saída para os problemas dos trabalhadores e da juventude meramente nacional.

A classe dominante está organizada a nível internacional em instituições como a UE, o FMI, o Banco Mundial, a NATO e a ONU.

Nós achamos que os trabalhadores e os jovens também têm que estar organizados a nível internacional para poder enfrentar a guerra social que os ricos estão a fazer contra a ampla maioria da população. As manifestações de solidariedade com as revoluções árabes ou a existência de um dia de luta mundial como foi o 15 de Outubro são a expressão dessa necessidade e dos primeiros passos nesse sentido.

Por isso, a intervenção do MAS faz-se também a nível internacional, como secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - LIT.

O que pensa da luta das mulheres e demais sectores oprimidos?

SR: Sabemos que o capitalismo utiliza as diferenças de género, de cor de pele e de orientação sexual para explorar ainda mais a classe trabalhadora. Os setores oprimidos são afetados de forma mais brutal e aguda pelas consequências da crise económica, como o desemprego e a pobreza.

Sabemos também que a opressão divide e enfraquece os trabalhadores na sua luta contra os patrões e os governos.

O MAS é contra qualquer forma de opressão e tem um claro compromisso com a luta das mulheres, dos negros, dos imigrantes e dos homossexuais pelos seus direitos.



Que propostas têm para a crise?

André Pestana: Só suspendendo o pagamento da dívida podemos ter recursos para relançar a produção e criar emprego. Também para acabar com o desemprego é preciso reduzir o horário de trabalho, sem reduzir os salários. É preciso diminuir a idade da reforma e fazer um plano de obras públicas, que gere mais emprego.

Para acabar com o roubo ao país feito pelos banqueiros, é preciso ainda nacionalizar a banca e as empresas estratégicas, canalizando esses fundos ao serviço da criação de emprego, melhoria dos serviços públicos e das condições de vida da população. Por que só socializar os bancos quando estes dão prejuízo e não quando dão lucro?

O MAS defende o socialismo?

AP: Recusamos tanto as experiências de gestão do capitalismo protagonizadas pela social-democracia, como os regimes totalitários dominados por um partido único, como aconteceu em vários sítios do mundo com os PC's. Mas consideramos que a luta pelo socialismo, como superação do capitalismo, não é apenas cada

vez mais atual, como uma necessidade premente para conseguirmos um futuro para os trabalhadores e jovens.

Esta crise mostra que, ao contrário do que muitos disseram depois da queda do muro de Berlim, o capitalismo é incapaz de resolver os problemas básicos da humanidade.

É possível uma nova revolução?

AP: Se no dia 24 de Abril de 1974 perguntassem à maioria do povo português se era possível acabar com a ditadura, a maioria diria que não. Trotsky dizia que todas as revoluções parecem impossíveis até que se tornam inevitáveis.

O que vemos hoje no Norte de África e Médio Oriente é que em países onde ditaduras oprimiram durante anos a população o povo

tomou o seu destino nas mãos e está a fazer revoluções.

Achamos que em Portugal, faz falta um novo 25 de Abril, uma nova revolução para parar a austeridade imposta pela troika e o governo. Nas empresas e nas ruas, os jovens e os trabalhadores dão os primeiros passos nesse combate. Acreditamos na coragem e na força dos trabalhadores para fazer um novo 25 de Abril.



O MAS e os movimentos sociais

Ao longo dos anos, e com o decorrer dos processos de luta, tem surgido um sentimento antipartidário e antissindical na juventude, não só em Portugal, mas por todo o mundo.

Um dos principais motivos para o facto - além da viciada alternância entre PS e PSD que existe há mais de 30 anos em Portugal - é o “controle” exercido pelos partidos tradicionais nos movimentos sociais, pois, em vez de cooperarem com os movimentos, servem-se dos mesmos quase que exclusivamente para aprovar as suas políticas, não se preocupando com as dinâmicas destes e não dando espaço à democracia.

O exemplo dos sindicatos é também revelador. No caso da UGT e da CGTP, acabam por servir, em muitos casos, como correia de transmissão do PS/PSD e PCP, respetivamente. O sindicatos possuem uma democracia interna muito débil, sendo que é altamente burocrático e difícil constituir-se qualquer corrente alternativa às suas direções - por isso, consideramos que é importante ir para os sindicatos, contrariar essas tendências, e torná-los de facto combativos.

Mas nem tudo tem que ser assim... no caso do MAS, este quer atuar nos movimentos sociais e também nos sindicatos defendendo a máxima democracia, respeitando-a, e impulsionando as lutas.

Unidade e democracia

O Movimento Global dos Indignados revela todas as desconfiças já referidas. Embora tenhamos a preocupação de entender este fenómeno e integrá-lo como atividade, não nos revemos no seu forte carácter antipartidário. Consideramos que só um partido político revolucionário servirá como ferramenta para as grandes mudanças. Ao agregar ativistas de vários movimentos e sindicatos, com diferentes experiências e memórias históricas, o partido revolucionário pode dar continuidade à luta, ao contrário dos movimentos sociais, que acabam por ser efémeros e voláteis.

No país, a plataforma 15 de Outubro (15O) está na rua a dizer não à troika, surge como resposta à desilusão com as organizações tradicionais e expressa, como ocorreu no 12 de Março, a vontade de lutar por fora dos aparatos tradicionais. O 12 de Março acabou por não ter continuidade, e o descontentamento que expressava foi canalizado, naquele momento, para as urnas.

O Bloco de Esquerda teve um papel importante nesse desvio de rumo, como fica claro na frase do seu coordenador, Francisco Louçã, na passada Convenção desse partido: “Se gostaste do teu 12 de Março, faz o

teu 5 de Junho”.

Em consequência desse desvio da luta da rua para a saída eleitoral e do impacto das mobilizações do movimento dos Indignados no Estado Espanhol, aparece a Acampada do Rossio, uma resposta de vários ativistas que queriam a continuidade da Geração à Rasca. A Acampada do Rossio surgiu em plena campanha eleitoral e, embora em condições muito difíceis e sem apoios, agregou muitos ativistas e movimentos sociais, constituindo um embrião da Plataforma 15 de Outubro.

Esta Plataforma criou um sujeito político interveniente na realidade política portuguesa. Contudo, a sua continuidade está sempre a ser posta à prova, pois é um movimento fora do controle das organizações e partidos tradicionais já referidos, sendo por isso mais “irreverente”.

Os ativistas do MAS participam nestes movimentos desde o início do processo das acampadas e, posteriormente, na plataforma 15O, sempre com o intuito de construir e impulsionar o movimento contra a troika, defendendo também a unidade de ação e máxima democracia entre todos aqueles que estão contra as medidas de austeridade.

Sofia Rajado e Tiago Castelhana



Por que não é possível um *New Deal* em Portugal?

Para haver dinheiro que permita aumentar o nível de emprego e desenvolver o sistema de saúde e a escola pública, não se pode permitir que a riqueza gerada no país seja absorvida pela banca nacional e estrangeira!

Menos de um ano após a aprovação do pacote de austeridade imposto pela troika FMI- PSD em maio de 2011, estão à vista os resultados do generoso “empréstimo” de € 78 mil milhões que vinha salvar o país da bancarrota:

- ✓ a dívida pública portuguesa passou de 92% do PIB nessa altura, para 110% do PIB no final de 2011;
- ✓ o desemprego disparou para mais de 14% da população; só o

desemprego jovem subiu, em apenas 9 meses, oito pontos percentuais (de 27% para 35% - há hoje 156 mil jovens desempregados);

✓ sucedem-se as falências de pequenas e médias empresas, enquanto as grandes saem do país e se instalam em paraísos fiscais ou países europeus com regimes altamente benevolentes para os capitalistas (Holanda, Luxemburgo, etc.)

Em resumo, não só não se

verifica nenhum aumento da produção interna como cresceu o peso da dívida no PIB. O paradigma austeridade = recessão = menos riqueza produzida (menor PIB) = menos impostos cobrados = menos direitos sociais, não só está a conduzir o nosso povo à ruína, como não se apresenta como solução para o pagamento da dívida ou do crescimento económico, mesmo do ponto de vista puramente capitalista.

A ilusão do keynesianismo

Para responder às crises cíclicas do capitalismo a burguesia tem que encontrar algumas respostas imediatas. Daí surgirem habitualmente as mais diversas “receitas” e teorias dos seus ideólogos. Por exemplo o keynesianismo - hoje muito em voga no nosso país nos círculos de debate de política económica, inclusive em setores da esquerda - defende que, face às crises, os estados intervenham para aumentar o poder de compra dos trabalhadores e da classe média (política de consumo), para incitar os empresários capitalistas a investir (política da redução da taxa de juro) e, por fim, para eles próprios aumentarem o investimento público (política de obras públicas). Este programa intervencionista foi aplicado nos EUA pelo presidente Roosevelt após a crise de 1929, e ficou registado para a história como o New Deal.

Ora, numa altura em que Portugal está sob resgate internacional e é de fato governado pela troika e pelo governo federal alemão, foram estes que ditaram as regras: os milhões de euros emprestados ao país não são para nenhum relançamento da produção e do consumo, são sim, obrigatoriamente, destinados à satisfação dos compromissos com os credores (a banca nacional e internacional), ou seja, para pagar os juros leoninos e fazer rolar o mercado da dívida (a compra e venda de títulos da dívida são elas próprias uma forma de acumulação de capital). Não há margem para aumentar o poder de compra dos trabalhadores através duma política de consumo instigada pelo Estado capitalista. É o contrário que se verifica: devido à redução dos salários e pensões e ao aumento de impostos provocados pela austeridade, o

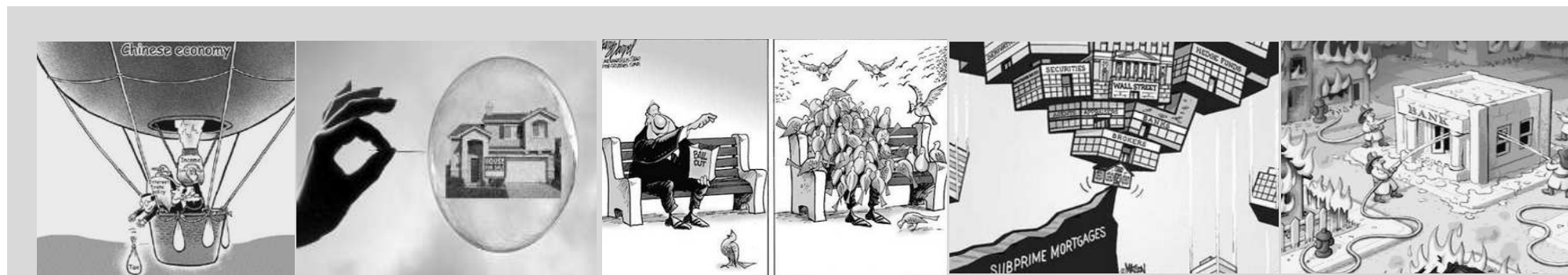
poder de compra da maioria do povo está a baixar drasticamente.

Assim, mesmo que o Estado implemente medidas de redução da taxa de juro (a taxa de juro do BCE é de 1% e as taxas Euribor até estão a baixar) para estimular o crédito e o investimento, não há como fazer com que os capitalistas invistam nos setores produtivos, porque eles sabem que não encontrarão consumidores suficientes para escoarem as suas mercadorias a uma taxa de lucro compensatória. Eis porque preferem recuperar rapidamente o capital investido através de aplicações financeiras e jogos especulativos, em vez de na produção de bens.

Investimento público sem suspensão do pagamento da dívida?

Resta, para os defensores do keynesianismo, o terceiro pilar do modelo: o investimento estatal em obras públicas. Acreditamos que seria ótimo para os trabalhadores e para a melhoria dos serviços públicos, mas... como fazê-lo se os recursos públicos estão a ser delapidados pelo contínuo pagamento dos juros da dívida? Para haver dinheiro que permita aumentar o nível de emprego e desenvolver o sistema de saúde e a escola pública, não se pode permitir que a riqueza gerada no país seja absorvida pela banca nacional e estrangeira!

É isto que PCP e BE parecem não entender quando propõem a “reestruturação” da dívida (de forma a poder pagá-la...): embora ambos defendam publicamente políticas de investimento público e de relançamento do aparelho produtivo, na prática opõem-se-lhes, visto que essas políticas são contraditórias com o pagamento da dívida. **Ana Paula Amaral e J. A. Dias**



Há uma saída para a crise no quadro do capitalismo?

Há cerca de 4 anos rebentou a crise do subprime. O terremoto provocado pelas falências em bancos americanos importantes quase levou ao colapso mundial.

Imediatamente os estados capitalistas acordaram entre si injetarem milhões de dinheiro

públicos no setor financeiro. Ora, estes pacotes oferecidos à banca não foram usados para abrir linhas de crédito para o setor produtivo, mas sim para aumentar ainda mais a especulação financeira.

Simultaneamente fizeram disparar o recurso ao endivida-

mento público, e com este veio a crise das dívidas soberanas.

Esta é, hoje em dia, a saída do capital para as suas crises cíclicas e cada vez mais profundas: a aposta na especulação e no endividamento, com a possibilidade constante de criação de bolhas especulati-

vas semelhantes à de 2008. As mesmas medidas que provocaram essa crise estão presentes hoje e desencadearão novas crises, tão ou mais violentas para quem trabalha ou trabalhou.

Só com um plano de medidas claramente anticapitalis-

tas, a começar pela nacionalização da banca e dos setores estratégicos da economia, será possível o relançamento da produção, o investimento em obras públicas e a criação de emprego. É o que propõe o MAS, novo partido em construção.

O lugar das mulheres é na luta

Ao contrário do que disse o novo cardeal português, o lugar da mulher é nas ruas e locais de trabalho, a reivindicar os seus direitos.



A propósito do Dia Internacional da Mulher, propomos algumas reflexões que nos parecem pertinentes. Segundo a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), para as mulheres ganharem o mesmo que os homens ganham num ano terão de trabalhar mais dois meses; como só no dia 2 de março passado atingiram o número de dias extra necessários para compensar a diferença entre salários em 2011, a União Europeia escolheu essa data para assinalar o Dia Europeu da Igualdade Salarial. Os números são da CGTP e dizem-nos que a remuneração média mensal das mulheres em Portugal é de cer-

ca de 831 euros, enquanto que a dos homens sobe para cerca de 1034 euros, no caso das pessoas que ainda têm trabalho. A maioria dos que recebem Rendimento Social de Inserção são mulheres (52,4%), assim como os trabalhadores a tempo parcial e precários (57%).

Em relação ao desemprego em nosso país, o número de mulheres sem trabalho é ainda ligeiramente superior ao dos homens, e são conhecidos os casos em que as mulheres são rejeitadas em primeiro lugar por serem o grupo social responsável pela maternidade. As mulheres trabalhadoras são mães e donas de casa, estan-

do por isso em clara desvantagem ao nível da reivindicação dos seus direitos. É pela inexistência de infra-estruturas como creches, escolas e cantinas de baixo custo, libertando as mulheres para outros géneros de atividade, que este estado de coisas se perpetua.

De acordo com Sandra Ribeiro, presidente da CITE, as diferenças salariais entre homens e mulheres persistem porque, tradicionalmente, as mulheres ocupam postos de trabalho associados a funções femininas, previamente desvalorizadas, e os homens, setores mais valorizados socialmente, sendo assim mais bem pagos.

Uma declaração retrógrada

Parece-nos, ainda, que se deveria insistir no facto de as mulheres estarem constantemente a ser subvalorizadas, pois a questão da dupla jornada de trabalho está longe de estar resolvida. São muitas as horas de trabalho não pago à maioria das mulheres trabalhadoras gastas em tarefas, tais como tratar da casa e dos dependentes. Ainda segundo dados da CGTP, a falta de infra-estruturas de apoio

à família obriga a mulher a trabalhar mais 16 horas por semana em trabalho não remunerado.

As recentes declarações do novo cardeal português, D.Manuel Monteiro de Castro, que do alto da sua cadeira no Vaticano disse claramente que “o lugar da mulher é em casa”, só nos vem dar razão. Em épocas de desemprego massivo o poder apregoa as virtudes da dedicação feminina ao lar para dar lugar aos homens no mercado de trabalho e submeter as mulheres às tarefas dos tachos e filhos, perdendo poder socioeconómico e político.

Além de que, com esta perigosa solução, o patronato poderia passar a escolher só mão de obra masculina e eventualmente regularizar, ilusoriamente, o mercado de trabalho pela diminuição das taxas de desemprego, uma vez que as mulheres passariam a não concorrer tanto como os homens ao mercado de trabalho.

Unidas pelo género e pela classe, ao lado dos trabalhadores e da juventude, saberemos dar a resposta adequada aos ataques do governo contra os nossos direitos e lutaremos contra todo o tipo de

opressão. Pela criação de infra-estruturas de apoio às famílias, como creches, escolas, lares para idosos e refeitórios públicos e de boa qualidade; pelo aumento do salário mínimo, pensões e benefícios sociais; por emprego com direitos e pelo fim da precariedade laboral; pela revogação de todas as medidas contra a saúde pública tomadas pelo governo da troika e mais investimentos no setor.

Lina Pereira



O mito do povo judeu. A propósito do livro de Shlomo Sand

A ideia de que existe uma “nação judaica”, expulsa de Jerusalém pelos romanos no ano de 70 após JC não é mais do que um mito cristão e anti-semita recuperado pelos sionistas.



Afirmações que há um século eram designadas de anti-semistas na Europa representam hoje a verdade no Estado de Israel, como, por exemplo, a de que os judeus formam um povo à parte. Hoje é anti-semita aquele que disser justamente o contrário, porque estará a negar a este “povo” muito especial, o povo eleito, o direito de ter um Estado etnicamente puro.

No entanto, a ideia de que existe uma “nação judaica”, que ela foi inteiramente expulsa de Jerusalém pelos romanos no ano de 70

após JC e que desde então não cessou de vaguear pelo mundo, não é mais do que um mito cristão e anti-semita recuperado pelos sionistas. O que foi inventado para provar que os judeus eram castigados por deus por terem crucificado Cristo é reciclado para justificar a existência de um Estado colonial.

O mito do exílio

Shlomo Sand, israelita, professor de História na universidade de Telavive, demonstra no seu livro

Como foi inventado o povo judeu o absurdo que teria sido expulsar das terras conquistadas os próprios produtores de bens agrícolas sobre os quais eram cobrados os impostos. Embora tenha havido, noutras regiões que não o Médio Oriente, casos de ocupações de terras por soldados romanos, os imperadores não expulsavam os povos mas exploravam-nos. E nem sequer havia à época meios de transporte para deportar um povo inteiro.

Houve evidentemente, ao longo dos tempos, vagas de emigração ou de fuga de judeus e uma delas aconteceu após a revolta de Bar Kokhba, no II século depois de Cristo, ela própria contraditória com a teoria da expulsão, pois não teria havido revolta se a população tivesse sido expulsa.

Por outro lado, como poderiam algumas dezenas de milhares de judeus ter-se multiplicado ao ponto de se tornarem vários milhões em apenas dois séculos? Sand cita Moshe Gil, historiador da universidade de Telavive, que assim tenta explicar o fenómeno: “a natalidade dos judeus era geralmente bastante elevada. E, talvez mais importante ainda,

os judeus não tinham o hábito, frequente noutros povos, de abandonar ou de matar uma parte dos seus filhos”. Pelo seu lado, Shlomo Sand prefere desmontar outro dos mitos: o de que nunca existiu proselitismo na religião judaica.

O proselitismo e a conversão

Segundo este seu estudo, tal como as outras religiões mono-teístas, o judaísmo espalhou-se pelo mundo graças à conversão de largos sectores de populações. Muito antes de 70 após JC, já existiam várias comunidades de praticantes do judaísmo fora da Judeia, espalhadas por todo o império romano.

Relativamente à forte comunidade judaica de Espanha, Shlomo Sand mostra-nos como é pouco credível que os primeiros judeus chegados à Península Ibérica tenham vindo da Judeia, sendo bem mais provável que se tenha tratado de soldados, escravos e comerciantes romanos convertidos ao judaísmo. Essa comunidade teria crescido com a conquista muçulmana, que trazia nos seus batalhões berberes muitos judeus convertidos na África do Norte.

Da mesma maneira, a forte presença de judeus na Europa central é explicada pela conversão ao judaísmo do Reino da Kazária, no século VII, no território que corresponde a uma parte da Rússia atual.

A ligação entre o Estado e a religião deve-se, segundo o autor, não ao poder desta última, mas à “fraqueza intrínseca de uma ideia nacional precária”. A Bíblia é em Israel um livro educativo, ensinado nas escolas como uma disciplina de história autónoma. Manter o mito do exílio e negar as conversões ao judaísmo serve hoje à propaganda sionista para “provar” a ligação direta do povo-raça dos nossos dias com o da Bíblia e justificar o direito de todos os judeus do mundo a se instalarem no território da Palestina.

Segundo Shlomo Sand, a própria “palavra ‘anti-semitismo’ é testemunho de um mal-entendido partilhado tanto pelos carrascos como pelas vítimas”, pois, na realidade, semitas são os palestinianos de hoje, descendentes em grande parte dos camponeses judeus que permaneceram nas suas terras e foram mais tarde islamizados.

Elsa Sertório

A homofobia vence na Assembleia da República

Com os votos contra da maioria de direita e alguns aliados do PS e a totalidade da bancada do PCP, é chumbado o direito de adoção a casais LGBT.



No passado dia 24 de Fevereiro foram rejeitadas as duas propostas de alargamento da adoção e co-adoção a casais de pessoas do mesmo sexo apresentadas no parlamento pelo Bloco de Esquerda (BE) e pelo Partido Ecologista os Verdes (PEV), com os votos contra da larga maioria do PSD e CDS e a totalidade de votos contra do Partido Comunista Português (PCP). Votaram favoravelmente a ambas as propostas

o BE, PEV e 38 dos 63 deputados do PS, 9 deputados do PSD e 1 do CDS, ainda 12 abstenções do PS, 2 do PSD e uma do CDS.

Estas propostas iriam colmatar uma discriminação na lei que impede a adoção e co-adoção aos casais de pessoas do mesmo sexo, mantida mesmo após o alargamento do casamento civil a estes casais. As mais prejudicadas serão as crianças candidatas a adoção, pois continua-

rão a ver limitadas as suas possibilidades de conseguirem uma família.

Mais ainda, os filhos de anteriores relações heterossexuais ou crianças adotadas por solteiros que posteriormente constituam família com alguém do mesmo sexo deparam-se com uma desregulamentação em relação à parentalidade, sendo que apenas um elemento do casal é legalmente pai ou mãe da criança. Casos como esses já existem em Portugal (segundo o JN são 23 mil crianças criadas por pais e mães homossexuais) e continuarão sem legislação própria.

Conservadorismo do PCP

Sem surpresas, CDS e PSD, com a sua base eleitoral conservadora e defensores de uma política de opressão às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT), votaram, por larga maioria, contra. De parte do PS vemos um claro oportunismo ao pretender mostrar um rosto de esquerda sabendo que as propostas não seriam aprovadas pela maioria. Quando tiveram a oportunidade, enquanto maioria, votaram contra.

O PCP, por sua vez, vota outra vez contra, cedendo ao conservadorismo do seu eleitorado e à política homofóbica de tradição estalinista, deixando o PEV, o seu partido satélite, capitalizar o sector pró-LGBT do partido e do seu eleitorado, principalmente da juventude.

É cada vez mais complicado para o PCP justificar essa posição, sendo que a oficial alega ser preciso mais debate sobre a questão. Fica mais uma vez demonstrado o carácter regressivo deste partido, porque, em vez de dar um combate contra o preconceito existente na sociedade, acaba por capitular a ele. O BE, apesar de ser o mais coerente nesta matéria entre os partidos parlamentares, nunca menciona o carácter de classe da opressão. É como se todas as pessoas LGBT sofressem do mesmo modo a discriminação, quando sabemos que não é assim.

O novo partido que estamos a criar, o Movimento de Alternativa Socialista (MAS), defenderá sempre que a opressão às pessoas LGBT, negros e mulheres é feita para maximizar a exploração capitalista, dividindo a classe na

sua luta contra a burguesia e o capital, facilitando a precarização laboral. Mais ainda, não temos dúvidas que a opressão é muito mais sentida pela classe trabalhadora, enquanto a burguesia, pelos recursos que tem, consegue refugiar-se da homofobia, do machismo e racismo.

Seremos contra qualquer forma de opressão com base na orientação sexual, lutando contra a homofobia nos locais de trabalho, estudo e na sociedade em geral. Por fim, apesar de considerarmos que devemos lutar para conquistar os nossos direitos, temos consciência que no marco do capitalismo todas as concessões são efémeras e que só com o fim do capitalismo existirá verdadeira possibilidade de erradicar a homofobia. A luta contra a opressão é inseparável da luta pelo socialismo, e esta tem que ser travada por toda a classe trabalhadora independentemente da orientação sexual.

Eduardo Velosa

Pinheirinho torna-se símbolo da luta por moradia no Brasil

A luta agora é para que a presidente Dilma Roussef desapropriie a área e realoje os antigos moradores.

Na madrugada de 22 de janeiro deste ano, um batalhão de 2 mil policiais fortemente armados invadiu Pinheirinho, uma ocupação urbana localizada na cidade de São José dos Campos, Brasil, e desalojou os seus 7 mil moradores. A violência da ação policial, que incluiu bombas de gás lacrimogénico, balas de borracha, espancamentos e abusos sexuais, provocou um grande número de feridos e chocou o país. A invasão foi autorizada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e passou por cima de uma decisão da Justiça Federal suspendendo a reintegração de posse do terreno, propriedade do especulador Naji Nahas.

Os moradores desalojados foram identificados com uma pulseira e encaminhados para abrigos na cidade, como quadras desportivas e igrejas. Há pouco tempo, e devido ao grande movimento de solidariedade dentro e fora do Brasil, o governador anunciou que o Estado proverá uma renda social de até 500 reais (219 euros) às famílias até que fiquem prontas casas sociais para alojá-las. Mas não é isso que os moradores querem.

Eles querem é voltar para o lugar onde viveram os últimos oito anos, onde construíram as suas casas, igrejas, ruas e locais de lazer. Isso ficou claro no ato nacional em solidariedade às famílias



do Pinheirinho, a 2 de fevereiro, ao qual compareceram cerca de 5 mil pessoas, entre as quais delegações vindas de várias partes do país, com representantes de sindicatos e movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de centrais sindicais e partidos políticos, como o PT, PSTU, PSOL e PCB.

Solidariedade

“O movimento não acabou”, disse António Donizete Ferreira,

o Toninho, advogado dos moradores. Eles explicou que a luta agora é pela retomada do terreno do Pinheirinho, com os moradores a exigir que a presidente Dilma Roussef desapropriie a área. Os oito anos da ocupação Pinheirinho foram celebrados a 3 de março com o Ato Show “Somos todos Pinheirinho”, realizado no local onde, em 2004, famílias expulsas pela polícia de um terreno se organizaram e decidiram ocupar Pinheirinho, na época totalmente abandonado.

São José dos Campos, uma das cidades mais ricas do país,

sede de fábricas como a General Motors e Embraer, enfrenta um grave problema de falta de moradia para a sua população trabalhadora. O Brasil, a sexta economia mundial e a gastar biliões de reais na construção de estádios e infra-estruturas para receber os jogos olímpicos e o mundial de futebol, possui um deficit habitacional de 5,8 milhões de domicílios, o que significa que cerca de 10% da população brasileira não tem onde morar. Contraditoriamente, há muitos terrenos, casas e apartamentos vazios que só servem à especulação imobiliária.

Ao longo dos oito anos de ocupação do Pinheirinho, a justiça tentou por várias vezes desocupar a área. Mandados de reintegração de posse foram dados sob os mais suspeitos argumentos, mas foram derrotados pelas diversas iniciativas políticas e jurídicas, tanto dos moradores da ocupação, quanto dos sindicatos da cidade, em especial do Sindicato dos Metalúrgicos.

“O Pinheirinho era um projeto independente do povo pobre que estava dando certo, porque as pessoas estavam recuperando sua dignidade e sua auto-estima”, escreveu Valdir Martins de Souza, o Marrom, 54 anos, metalúrgico e morador de Pinheirinho, em carta distribuída durante a audiência pública no Senado sobre o Pinheirinho. “Por isso, penso que além dos interesses económicos que levaram à desocupação, havia também razões políticas. Tinha que se impedir a todo o custo que o Pinheirinho fosse um exemplo a ser seguido. Não se podia deixar passar a ideia de que o povo pobre é capaz de se organizar e construir sua própria vida de forma independente, sem depender de favor político.”

Diana Curado e Cristina Portella



De que lado ficar na guerra civil na Síria?

Nós não temos qualquer dúvida: ao lado do povo sírio que luta contra a ditadura de Bashar al-Assad e está contra a intervenção militar do imperialismo.

A realidade é complexa e contraditória. Também o é no caso da guerra civil na Síria. Temos um ditador até então apoiado oficialmente pelo imperialismo norte-americano - que enviava presos políticos da "guerra contra o terror" para serem torturados pelas forças de repressão sírias - e europeu, mas que agora é condenado por estes ex-aliados como "sanguinário"; temos setores da esquerda, como o PCP por-

tuguês, ou a corrente "chavista", do presidente venezuelano Hugo Chávez, a afirmar que as milhares de mortes (a ONU estima em 7 mil) produzidas pelos ataques do regime contra o povo não passam de mentiras imperialistas; e temos também um refinado direitista, como o ministro Paulo Portas, a condenar o regime de Damasco "pelas atrocidades" e a pedir uma posição de força do Conselho

de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A nova posição do imperialismo frente à ditadura de Bashar al-Assad é previsível. Assad foi útil - e por isso apoiado - enquanto conseguiu controlar o seu povo e manter a estabilidade nas suas sensíveis fronteiras (Turquia, Iraque, Jordânia, Israel e Líbano). Agora deixa de sê-lo, justamente porque está a fracassar nesse controlo. Mas essa falta de apoio não significa que vá haver, como na Líbia, intervenção militar. Muitos analistas disseram, e possivelmente com razão, que Obama e os seus congéneres europeus suspiraram de alívio com o veto da Rússia e China à resolução condenando o regime sírio no Conselho de Segurança da ONU. Todos - e este todos inclui os EUA e a Europa, mas também a Rússia e a China - preferem uma solução negociada que substitua Assad (difícilmente tragável mesmo pelas oposições sírias ultramoderadas, como o Conselho Nacional Sírio), mas mantenha o regime.

O exemplo do que aconteceu na Líbia após a queda de Khadafi, onde as milícias formadas pela população se recusam a entregar as armas e debilitam o poder do Conselho

Nacional de Transição, a saída burguesa apoiada pelo imperialismo, deixa este último de pé atrás sobre as consequências de uma intervenção na Síria. Até porque o cenário sírio é muitíssimo mais complicado do que o líbio. Até agora, por exemplo, o Exército da Síria Livre, a força rebelde que enfrenta as Forças Armadas de Assad, e a outra plataforma opositora, o Comité Nacional de Coordenação, condenam qualquer intervenção estrangeira no país.

Mas não seria útil, para os EUA e Israel (mas também para a Liga Árabe), trocar um aliado do Irão, como Assad, por outro, incondicional do imperialismo também nesse aspeto? Sem dúvida, mas não há nenhuma garantia que esse arranjo fosse obtido por uma intervenção militar. Pelo contrário, a própria existência do Irão como aliado de Assad funciona como um importante elemento dissuasor da opção armada. Assad também se tem comportado bem com o imperialismo e Israel na questão iraniana, e mesmo esta não pode ser lida de uma maneira muito simplista. Por exemplo, o fato de os EUA barafustarem contra o Irão não o impediram de apoiar grupos xiitas no Iraque afinados com o regime iraniano.

O facto inquestionável - a não

ser pela embaixada síria e os seus adeptos fiéis no campo do castro-chavismo - é que há quase um ano a Síria deixou-se contagiar pela Primavera Árabe, a revolução que se espalhou pelo Norte da África e Médio Oriente e já derrubou três ditadores. O povo sírio organizou manifestações contra a ditadura de Assad e, como resultado dessa luta e da repressão de que foi vítima pelas forças armadas do regime, uma parte dos militares desertou e criou o Exército da Síria Livre. Este exército popular enfrenta hoje, em total desigualdade de condições, as forças armadas sírias, que estão a massacrar o povo.

A luta do povo sírio contra a ditadura de Assad é justa e injustificável a opção de setores da esquerda que apoiam o ditador. Ao fazê-lo, esta esquerda acaba por fortalecer o imperialismo que hipocritamente pretende mascarar-se de defensor dos direitos humanos. A hipótese de uma intervenção militar imperialista não pode servir para branquear uma ditadura criminosa. A hipótese da intervenção militar só poderá ser afastada com a vitória clara de Assad ou das massas. Estamos, sem qualquer dúvida, ao lado da segunda opção. **Cristina Portella**

UE: burguesia dividida sobre a crise

Mesmo a Alemanha, a maior economia da zona euro, está a desacelerar, com um crescimento bem menor no último trimestre do ano.

A evolução da situação na Europa comporta elementos contraditórios. Por um lado, há um alívio dos juros da dívida pública dos países periféricos não intervencionados, nomeadamente Itália e Espanha. Por outro lado, há um claro agravamento da situação da Grécia. No seu conjunto, há uma degradação das perspetivas económicas no conjunto da União Europeia e da zona euro, tendo com pano de fundo profundas divisões no âmbito da burguesia sobre a melhor forma de enfrentar a crise.

Alemanha desacelera

Em relação às perspetivas económicas na Europa, basta dizer que o crescimento económico no conjunto da zona euro foi de apenas 0,7% no 4º trimestre de 2011 (no 1º, 2º e 3º trimestres desse ano, os valores respetivos foram de 2,4%, 1,6% e 1,4%) e para 2012 as estimativas apontam para um crescimento inferior a 0,5% não sendo mesmo de excluir uma recessão moderada.

Mesmo a Alemanha, a maior economia da zona euro e que é considerada o motor dessa zona, teve um crescimento de 1,5% no último trimestre do ano (4,7%, 3% e 2,6% nos restantes). Aliás, a descida das taxas de juro do Banco Central Europeu, no final do ano passado, reflete essa mesma degradação. Mesmo países da União Europeia que não pertencem à zona euro, como o Reino Unido, registam fracas perspetivas de crescimento (0,8% no último trimestre de 2011).

É nesse contexto que se aprofundam as divergências dentro e entre os diferentes governos burgueses, começando a surgir vozes que contestam esta opção política de austeridade a todo o custo, inclusive nas instituições internacionais mais comprometidas com a aplicação destes programas de austeridade. São conhecidas as declarações da diretora geral do FMI sobre o risco de a austeridade excessiva poder mergulhar o mundo numa nova depressão, à

semelhança da ocorrida na década de 1930 e que, como é sabido, só terminaria com a Segunda Guerra Mundial.

Solução provisória

Também na atitude a adotar em relação à Grécia começam a tornar-se visíveis crescentes divergências. Se até agora a atitude dos principais governos burgueses era a de pretender manter a Grécia na zona euro, a troca da aplicação de uma austeridade selvagem (a chamada desvalorização interna), começam agora a surgir cada vez mais vozes, quer dentro do governo alemão quer ao nível de outros governos dos países mais ricos da zona euro (Holanda, Finlândia), que defendem que a Grécia é um caso perdido e que a única solução é expulsar o país da zona euro.

Daí que a aprovação, a 20 de Fevereiro, de um segundo pacote de "ajuda" à Grécia (no valor de 130 mil milhões de euros) associado a uma reestruturação da



dívida grega para com os credores privados (e também, parcialmente, os públicos) seja vista como uma solução provisória tendo em vista ganhar tempo a fim diminuir os riscos associados ao chamado "efeito contágio" da Grécia.

No fundo, trata-se de evitar que uma saída, "voluntária" ou não, da Grécia da zona euro provoque um efeito dominó que agrave ainda mais a situação económica nos países mais vulneráveis, quer os intervencionados (Portugal e Irlanda) quer os não intervencionados (Espanha e Itália, os quais registaram no último trimestre de

2011 crescimentos respetivos de 0,3% e -0,5%).

De qualquer forma, uma coisa é certa. Os trabalhadores e o povo português têm de estar vigilantes, pois que da União Europeia nada de bom poderá vir e será somente com a sua luta, associada à luta dos seus companheiros dos restantes países europeus, que poderão lograr uma inversão destas políticas destrutivas. Não será certamente com o servilismo que é recomendado pelos políticos e comentadores ao serviço do sistema que eles poderão lograr algo de positivo. **C.K.**

A Grécia hoje: maioria de esquerda, duplo poder e revolução

Sondagens revelam que é possível um governo de esquerda na Grécia. Resta saber se se constrói contra os sectarismos e se o programa a adotar aponta ou não para um rumo anticapitalista.

Entre 2008 e hoje, a Grécia apresenta uma evolução dramática dos principais indicadores económicos e sociais: o PIB declinou mais de 15%; a taxa de desemprego mais que triplicou de cerca de 6% para mais de 20%; os salários, as pensões e os rendimentos disponíveis sofreram cortes médios de 40 a 50% (nem sequer o salário mínimo escapou, diminuindo o seu valor em mais de 20%).

Entretanto, os acordos com a “troika” nada fizeram para contrariar essa recessão e não impediram o aumento da dívida pública, bem como dos montantes para pagar amortizações e juros ao capital financeiro concentrado internacional e grego. A bem da verdade, tais acordos aprofundaram a crise e a dívida.

A tradução dessa terrível involução económica nos terrenos da política e da luta de classes poderá colocar no horizonte dos próximos anos a possibilidade concreta de uma revolução socialista?

Para já, tal tradução trouxe alguns fenómenos novos ou há muito arredados das lides político-institucionais e da conflitualidade sócio-laboral na Europa: a irrupção de movimentos alternativos e massivos por fora das tradicionais estruturas partidárias e sindicais; a ruína



do rotativismo ao centro; a eventual maioria da esquerda à esquerda dos partidos socialistas, trabalhistas ou social-democratas; o aparecimento embrionário de organismos de duplo poder em algumas fábricas, empresas e também nos próprios serviços públicos.

Maioria de esquerda à esquerda dos socialistas

Tal como em Portugal e na maioria dos países da Europa ocidental, os gregos viveram as últimas décadas na alternância ao centro entre governos dominados por uma

suposta esquerda socialista/trabalhista/social-democrata ou por uma direita conservadora ou liberal.

Nas últimas eleições legislativas de 2009, os socialistas do PASOK e os conservadores da Nova Democracia obtiveram cerca de 75% dos votos, o que parecia confirmar novamente a solidez do rotativismo ao centro. Hoje, as sondagens mostram que as intenções de voto nesse dois partidos estão no patamar dos 40%, e chegam mesmo a baixar dos 30% — o PASOK afundou de scores da ordem dos 30 a 40% para valores inferiores a 18%, chegando ao extremo de só ter 7%

numa sondagem realizada no passado mês de Janeiro.

Pelo contrário, os partidos à esquerda do PASOK e adversos aos acordos com a “troika” sobem exponencialmente. Com efeito, de conjunto, o KKE (Partido Comunista), o SYRIZA (extrema-esquerda institucionalizada), o DIMAR (Esquerda Democrática, cisão social-democrata do SYRIZA) e marginalmente a ANTARSYA (cisão de esquerda do SYRIZA) sobem de votações ou intenções de voto inferiores a 20% para o dobro e inclusive com valores de 44, 5% (algo que supera as previsões do voto conjunto dos três partidos que formam o atual governo grego).

No cenário das eleições de Abril deste ano de 2012, encontramos, pois, a possibilidade de um governo de esquerda contra os acordos da “troika” e pela suspensão do pagamento da dívida. Resta saber se realmente a unidade se constrói contra os sectarismos e se o programa a adotar aponta ou não para um rumo anticapitalista de suspender a agressão da usura, nacionalizar a banca e fazer os ricos pagar a crise.

João Lopes

Surgem os organismos de duplo poder



Por fora do plano político-institucional da democracia burguesa e numa dinâmica revolucionária que põe em xeque este regime e o seu sistema de propriedade privada dos meios de produção, encontramos alguns casos de duplo poder. Isto é: situações em que os próprios trabalhadores, funcionários ou populares decidiram ocupar ou reativar fábricas, empresas, edifícios ou serviços por conta própria sem respeitar a hierarquia patronal ou estatal.

O caso mais conhecido é o da

siderúrgica “Elliniki Halivourgia”, ocupada por centenas de trabalhadores em greve há mais de cem dias contra uma proposta de redução salarial de 40%. A luta já obrigou os patrões a recuar, mas o processo está em aberto. Mais avançada é a situação no conhecido jornal nacional “Eleftherotypia”, cujos 800 trabalhadores responderam ao atraso no pagamento dos salários não só com a greve e a ocupação das instalações, mas também com a edição do jornal por conta própria e sob responsabilidade de

um comité de redação eleito em assembleia geral.

De modo semelhante, os trabalhadores e médicos do Hospital Regional de Kilis passaram a ocupar e a administrar o serviço sob a orientação de assembleia geral, recusando a cadeia hierárquica, reclamando a rutura com a política liberal destruidora do Serviço Nacional de Saúde e oferecendo assistência gratuita aos doentes.

Outros casos podiam ser chamados à colação e até se poderia invocar a ocupação mais ou menos temporária de teatros, câmaras municipais e do próprio Ministério da Saúde para efeitos de centros de assembleias e coordenação de ações contra o governo e a “troika”, mas o importante é ter em atenção que estes fenómenos de duplo poder estão em curso.

São certamente embrionários e localizados, mas podem marcar uma tendência a tornar-se cada vez mais presente, e o previsível aumento de empresas e serviços com salários em atraso ou despedimen-

tos, em falência ou em desabastecimento obriga a levar em linha de conta uma política revolucionária de incremento, coordenação e unificação à escala nacional de tais fenómenos.

O papel central ou subsidiário desta política, o seu modo de articulação ou confronto com a palavra de ordem ou a realidade de um governo de esquerda sem o PASOK, e o seu relacionamento com o horizonte da revolução socialista, depende da análise concreta de uma situação concreta em movimento.

Por agora, ficam certezas ainda há pouco quase inimagináveis: o rotativismo ao centro desmoronou; a maioria da esquerda está à esquerda do “socialismo” governista; o retorno dos organismos de duplo poder ao coração europeu; a atualidade de trabalhar a sério com a hipótese da revolução socialista também voltou. Provavelmente, tais certezas encontrarão traduções portuguesas dentro em breve.

J.L.

“Flashes” sobre a esquerda grega e a crise da dívida

1- Em assembleia massiva na Praça Syntagma, uma das primeiras decisões do povo e dos “indignados” gregos foi a suspensão do pagamento da dívida.

2- O KKE (Partido Comunista Grego) passou da política da renegociação e reestruturação da dívida para uma outra de suspensão/cancelamento.

3- O OKDE/Spartacus, secção grega filiada na mesma corrente internacional que o NPA de Olivier Besancenot, na França, e o nosso ex-PSR, em Portugal, defende a suspensão/cancelamento da dívida.

4- A ANTARSYA (a corrente mais dinâmica à esquerda do SYRIZA e em cujo seio se integra o referido OKDE/Spartacus) também tem essa política.

5- O SYRIZA e a sua componente majoritária (SYNAPISMOS) sustentam desde o início da crise e dos acordos do governo grego com a “troika” a renegociação e reestruturação da dívida, mas algumas das últimas declarações do seu principal líder, Tsipras, parecem indicar uma possível orientação para a suspensão/cancelamento da mesma.

6- Em paralelo, há várias movimentações para a efetivação de uma auditoria à dívida.

7- Nas sondagens da imprensa burguesa, mais de um terço dos gregos declara-se a favor da suspensão/cancelamento da dívida, sendo consensual que tal percentagem sobe bastante entre as classes trabalhadoras.